

Alexandre Garcia

**“A fala do ministro Fux não teve resposta dentro e fora do Supremo. Ficou um triste silêncio diante do segundo artigo da Constituição, que manda haver independência e harmonia entre poderes”**

## Triste silêncio

O Supremo está em recesso até o fim de janeiro, período em que o presidente do tribunal faz plantão, revezando-se com o vice. Os ministros Rosa Weber e Fux recebem casos urgentes de habeas corpus e ações com liminares sobre questões que não podem esperar. Mas os ministros Marco Aurélio, Gilmar, Lewandowski e Moraes avisaram que não vão tirar férias e continuarão trabalhando. Creio que alguns para não se priva-

rem do prazer de conceder habeas, e outros, para continuarem tendo a alegria de atender a partidos de oposição. Moraes já estaria com férias estragadas, depois do que aconteceu com seu prisioneiro, o jornalista Oswaldo Eustáquio, na Papuda.

O presidente Fux fez um apelo no discurso de posse, em 10 de setembro: “Conclamo os agentes políticos e os atores do sistema de Justiça, aqui presentes, para darmos um basta na judi-

cialização vulgar e epidêmica de temas em que a decisão política deva reinar”. E explicou que esse basta é fundamental para a democracia, a Constituição e a harmonia entre os poderes. Fux lamentou que questões que deveriam ser resolvidas no Parlamento têm exposto o Supremo a um “protagonismo deletério” — ou seja, danoso ao próprio tribunal.

Clamou no deserto. Depois disso, o Supremo continuou sendo instrumento de pequenos partidos, usado para invadir competência do Poder Executivo — como já havia identificado, antes de Fux, o ministro Marco Aurélio. Baseado em que tudo é pas-

sível de manifestação do Judiciário, Lewandowski exigiu o óbvio — um programa de vacina — e até o absurdo — datas para começar e para terminar a vacinação. Ensino especial para pessoas especiais foi suspenso; foi cancelada isenção de alíquota de importação de armas curtas. Neste ano, o Supremo tirou do governo federal a administração da pandemia, trouxe de volta a exigência de publicação de balanços de sociedades anônimas nos jornais, ressuscitou o DPVAT, tirou a polícia dos morros do Rio, impediu aproveitamento sustentável de manguezais, entre outros.

O artigo 84 da Constituição esta-

belece a competência privativa do presidente da República para “prover e extinguir os cargos públicos federais”. Mas o Supremo impediu que o presidente nomeasse o diretor da Polícia Federal. Entre as muitas competências privativas do presidente, está a de “exercer, com o auxílio de ministros de Estado, a direção superior da administração federal”. Para isso foi eleito com quase 58 milhões de votos. Mas a fala do ministro Fux não teve resposta dentro e fora do Supremo. Ficou um triste silêncio diante do segundo artigo da Constituição, que manda haver independência e harmonia entre poderes.

## PODER

Partido de Marcelo Crivella defende o prefeito acusado de corrupção e critica “judicialização da política”. Planalto nega que prisão do político tenha impacto no presidente Jair Bolsonaro, apesar de o chefe do Executivo e sua família serem apoiadores do político

# Republicanos acredita em “idoneidade”

» INGRID SOARES

Partido do prefeito Marcelo Crivella, que está em prisão domiciliar, acusado de chefiar o “QG da Propina” no Executivo carioca, o Republicanos saiu em defesa do político. Em nota, a legenda presidida pelo deputado federal Marcos Pereira (SP) disse acreditar na “idoneidade” de Crivella e critica o que classifica de “judicialização da política”.

“A Executiva Nacional do Republicanos aguarda detalhes e os desdobramentos da prisão do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. O partido acredita na idoneidade de Crivella e vê com grande preocupação a judicialização da política”, diz a nota da legenda.

O Republicanos é um dos partidos aliados ao governo Bolsonaro. O próprio Crivella foi apoiado por Bolsonaro e sua família em sua tentativa frustrada de reeleição. A sigla abriga atualmente o vereador carioca Carlos Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro, ambos filhos do presidente.

O Palácio do Planalto, porém, nega que o apoio de Bolsonaro a Crivella tenha impacto político na imagem do mandatário. Na mesma linha, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que a prisão do prefeito não atinge o governo. O general minimizou a questão. “Isso aí é questão policial, segue o baile aí, investigação, e acabou”, afirmou.

Apesar do aval de Bolsonaro a



**Não tem nada a ver com a gente. Sem impacto, zero impacto. A gente apoia tanta candidatura aí, não tem nada a ver”**

**Hamilton Mourão,**  
vice-presidente da República

Crivella nas eleições municipais, Mourão disse que “no governo, não tem impacto nenhum”. “Não tem nada a ver com a gente. Sem impacto, zero impacto. A gente apoia tanta candidatura aí, não tem nada a ver”, rebateu.

### Férias

Bolsonaro, por sua vez, está em férias em Santa Catarina. Ele não comentou diretamente sobre a prisão do aliado. No entanto, voltou a postar, na tarde de ontem, um vídeo de um gigante de pedra que tenta salvar sua vila, mas é injustiçado e atacado. O chefe do Executivo não foi explícito sobre a referência, mas a publicação foi feita no mesmo dia da detenção de Crivella.

Na avaliação do cientista polí-

tico Rodrigo Prando, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a questão principal da prisão de Crivella é que afasta de Bolsonaro a possibilidade de filiação ao Republicanos. Há, ainda, um simbolismo especial porque é o partido que acolhe dois dos filhos do presidente.

“Crivella abala a possibilidade de Bolsonaro ir para o partido. Além disso, esses fatos serão lembrados por adversários em 2022. Eles já têm guardado a coleção de fracassos de Bolsonaro no apoio político desses anos, assim como frases polêmicas sobre a pandemia”, afirmou. “Esse é mais um elemento que se agrega a uma narrativa de confronto para adversários na corrida presidencial.”

Ao contrário do que declarou Mourão, Prando vê impacto político, sim, para o governo. “Em política, fotos, vídeos, imagens e apoios são sempre lembrados em momentos positivos, mas também são destacados por adversários num revés como esse”, disse.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), comentou a prisão preventiva de Crivella antes de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) transformá-la em domiciliar. Para o parlamentar, a detenção foi abusiva e mais um episódio de criminalização da política. “O prefeito tem endereço fixo, podia continuar sendo investigado mesmo sem a prisão.” (Com Agência Estado)

Najara Araujo/Camara dos Deputados



Antes da decisão do STJ, Rodrigo Maia considerou abusiva a prisão preventiva de Marcelo Crivella

## Suspeita de R\$ 6 bi lavados em igreja

» RENATO SOUZA

O Ministério Público do Rio de Janeiro aponta movimentações suspeitas de R\$ 6 bilhões na Igreja Universal do Reino de Deus no estado. As suspeitas surgiram durante as investigações contra a organização criminosa que seria chefiada pelo prefeito Marcelo Crivella (Republicanos). Relatórios de inteligência financeira indicaram as transações.

Crivella é acusado de integrar um esquema criminoso que consistia no repasse de propina de empresários. Os pagamentos ocorriam para que os executivos obtivessem vantagens em contratos públicos e no pagamento de dívidas.

Na denúncia oferecida à Justiça, à qual o *Correio* teve acesso, na íntegra, o Ministério Público suspeita que a instituição religiosa foi utilizada para lavar

dinheiro. “E, ainda, com relação à lavagem de dinheiro, chamam a atenção as estreitas relações religiosas mantidas entre o Prefeito Marcelo Crivella, Bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus; Mauro Macedo, primo do fundador da referida Igreja; e Eduardo Benedito Lopes, Bispo da mesma Igreja, em cotejo com o Relatório de Inteligência Financeira nº 42.938, mediante o qual foi identificada e comunicada movimentação financeira anormal no âmbito daquela instituição religiosa, na ordem de quase seis bilhões de reais no período compreendido entre 05/05/2018 e 30/04/2019, o que sugere a indevida utilização da Igreja na ocultação da renda espúria auferida com o esquema de propinas, até porque, como já observado, Mauro Macedo e Eduardo Benedito Lopes, ao lado de Rafael Alves, foram identificados como os ope-

radores financeiros do grupo criminoso, ocupando, por assim dizer, o chamado ‘1º escalão’, afirma o MP.

As investigações foram feitas a partir de dados de instituições financeiras e de mensagens trocadas pelos investigados por e-mail e outras formas de comunicação. Esta foi a quarta etapa das apurações. Nas fases anteriores, foram apreendidos celulares e computadores que subsidiaram as diligências.

Crivella é sobrinho do bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal, uma das maiores instituições religiosas do país. O prefeito era identificado pelo nome de “Zero Um” em mensagens trocadas por WhatsApp pelos integrantes do grupo criminoso, de acordo com o Ministério Público. O *Correio* procurou a Igreja Universal para comentar o caso, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

## ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

# Blogueiro lesiona coluna e passa por exames

O blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio, preso preventivamente por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no inquérito dos atos antidemocráticos, sofreu uma queda dentro da cela no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, na segunda-feira, e lesionou a coluna vertebral. Desde então, tem feito exames médicos no Hospital de Base e no Hospital Universitário da Universidade de Brasília (UnB) para verificar possível comprometimento dos movimentos da perna.

A queda ocorreu no Centro de Detenção Provisória 2 (CDP 2) do Complexo Penitenciário da Papuda. De lá, Eustáquio foi levado ao Hospital de Base, onde fez os primeiros exames. Ontem, ele

passou por uma ressonância no Hospital Universitário da UnB, segundo o advogado Ricardo Vasconcellos, que o representa.

Ricardo Vasconcellos, que esteve com Eustáquio após a queda, disse que a lesão foi na vértebra T-5 da coluna cervical. De acordo com o relato dele, o blogueiro disse que não estava conseguindo mexer as pernas, mas sentia formigamento na região, o que poderia ser um bom sinal.

“Foi uma queda, que ele confirmou para mim. Ele disse que bateu a coluna e doeu demais. Deu uns gritos e não lembra de mais nada. A dor foi tanta que ele desmaiou. Fora isso, eu confirmei no CDP 2, que houve uma queda e ele ficou na cela desacordado

até o acharem”, relatou.

Questionado sobre um suposto laudo médico que circula na internet descrevendo o paciente como paraplégico, o advogado disse que essa é uma possibilidade, até agora, não confirmada. “A confirmação só pode ser feita através da ressonância.”

Ainda segundo o advogado, o cliente estava com bom quadro de saúde e consciente e estável. Outra informação que constava nesse documento, a de que o paciente estava sem se alimentar por cinco dias, foi confirmada pelo advogado.

Eustáquio estava em prisão domiciliar até semana passada, quando foi novamente encarcerado, por ordem do ministro Alexandre de Moraes. O ministro, re-

lator do inquérito dos atos antidemocráticos, observou que o investigado não estava cumprindo a prisão domiciliar.

O blogueiro compareceu, no último dia 15, ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para solicitar audiência à titular da pasta, ministra Damare Alves. Depois, foi à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Nenhum dos deslocamentos foi autorizado pela Justiça. Relatório de ocorrências realizado pelo Centro Integrado de Monitoração Eletrônica apontou, ainda, 17 ocorrências relacionadas ao monitoramento eletrônico do bolsonarista.

“Após sucessivas oportunidades concedidas ao investigado, ele continuou a insistir na práti-

Reprodução/Redes Sociais



**Oswaldo Eustáquio sofreu uma queda na Papuda e estaria sem mexer as pernas**

ca dos mesmos atos que lhe foram anteriormente vedados por expressa determinação da Justiça, situação que revela a inutilidade das medidas cautelares impostas, bem como a própria ineficácia da prisão domiciliar, haja vista que Oswaldo Eustáquio Filho, ao invés de permanecer no interior da sua residên-

cia cumprindo o que lhe fora determinado, continuou circulando livremente além do limite permitido. Impõe-se, portanto, a decretação da prisão preventiva, haja vista que as medidas impostas não alcançaram o efeito disciplinar e pedagógico que eram esperados”, escreveu Alexandre em sua decisão.